



Open Source, tá ligado?

O PC Conectado, do governo federal, pretende ampliar o acesso da população aos computadores utilizando programas livres

Após quatro adiamentos, o governo federal adiantou as bases de seu programa de inclusão digital, o PC Conectado. Em entrevista coletiva no final da primeira quinzena de maio, o assessor especial da Presidência da República, César Alvarez, explicou que a idéia é baixar o preço dos computadores por meio da isenção de impostos sobre componentes eletrônicos e ampliar o acesso dos potenciais usuários por meio de financiamentos – o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera atingir, até o final deste ano, 1 milhão de pessoas.

A configuração dos computadores – com itens básicos como monitor de 15 polegadas, processador de 1,5 GHz, disco rígido de 40 Gb – foi definida visando atingir o usuário padrão, que não exige muitos recursos. Essa montagem permitiu a redução do preço, estipulado pelo governo em até R\$ 1.400 à vista. Alvarez espera que com a isenção de cobrança do PIS/Cofins (prevista no programa e que se estenderá a todos os computadores de até R\$ 2.500), o usuário possa ter uma economia de até 9,25%. Além do mais, para facilitar o acesso, foram estipuladas formas de financiamento, em até 24 vezes, com juros que não devem passar de 2,5% ao mês. O governo também pretende editar um decreto para que as operadoras telefônicas e os provedores de Internet forneçam aos clientes do PC Conectado acesso à rede mundial de computadores de 15 horas mensais por até R\$ 75.

Open source O projeto, no entanto, tem alguma distância a percorrer antes de se tornar realidade: o governo não decidiu se enviará o programa ao Congresso na forma de Projeto de Lei ou de Medida Provisória. Mas, o grande debate sobre o PC Conectado não se deveu a isso, mas ocorreu devido à decisão de equipar os computadores apenas com softwares de fonte aberta

(conhecidos internacionalmente como *open source*), usualmente chamados de “softwares livres”. Diferentemente dos programas proprietários (pagos), esses softwares têm seu código-fonte aberto, o que permite que sejam alterados de acordo com a conveniência do usuário. Além do mais, não exigem o pagamento de licenças para utilização. O emprego do software livre parece ser uma tendência mundial. O Linux, o mais popular sistema operacional livre, por exemplo, ocupa hoje uma fatia de 15% do mercado global de softwares para servidores. Muitos órgãos governamentais brasileiros já estão optando pelo Linux em razão da diminuição de custos. Um exemplo é o governo do Rio Grande do Sul, que optou pelo Linux na implementação do programa Rede Escolar Livre, nas escolas públicas do Estado, resultando em uma economia de R\$ 50 milhões em pagamento de licença de uso, caso optasse por softwares proprietários.

Polêmica Mesmo assim, a inclusão dos softwares livres no PC Conectado gerou polêmica dentro do próprio governo. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, por exemplo, defendeu a utilização de programas pagos, que se encaixariam na política tecnológica do governo, que visa estimular a produção e exportação de softwares proprietários. A indústria do software, é claro, concordou com o ministro. O principal argumento é que os programas não-proprietários, principalmente quando utilizados na área empresarial, exigem despesas com pessoal especializado para desenvolvimento, operação e manutenção dos sistemas. O que pode parecer, à primeira vista, uma desvantagem, é na verdade uma das principais qualidades do *open source*. A eventual necessidade de emprego de pessoal pelas empresas significa a criação de empregos e a eco-

nomia de divisas em moeda estrangeira para o país [ver, a respeito, **Esse bando de amalucados e seus programas livres** em REPORTAGEM nº 44, de maio de 2003]. Quando utiliza programas proprietários (produzidos, na maior parte das vezes, no exterior) e desde que tenha uma cópia legalizada, o usuário brasileiro paga licença de uso. Essa licença remunera o trabalho dos técnicos envolvidos na produção do software, em centros de pesquisa e desenvolvimento sediados fora do país – é sempre bom recordar que a maior empresa mundial do setor, a Microsoft (cujo balanço do primeiro trimestre do ano registrou lucro líquido de US\$ 2,65 bilhões, mais que o dobro de 2004) tem sede nos EUA.

Descontinuidade Além disso, quando uma empresa brasileira usa o software livre e emprega programadores locais, contribui para desenvolver tecnologia. O que ajuda a evitar problemas como o enfrentado pelo Banco do Brasil, que anunciou em maio sua migração para o Linux. De acordo com o vice-presidente de Tecnologia do banco, Luiz Cerqueira César, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, uma das principais causas da mudança é o fato de a americana IBM ter parado o desenvolvimento do sistema operacional OS/2, adotado pelo BB na década passada. “Fomos vítimas de descontinuidade tecnológica. O programa que usávamos não teve mais atualizações”, disse César.

O dirigente do Banco do Brasil apontou essa como uma das razões que levaram a empresa a adotar apenas softwares livres em uma nova rede, que começou a ser implantada. “Quem me garante que daqui a três, quatro ou mesmo dez anos não haverá nova descontinuidade tecnológica no software proprietário que eu escolher agora?”. [Flávio Dagli] ■